Recentemente Angola beneficiou de um financiamento do Fundo Monetário Internacional (FMI) na ordem dos US $ 3,7 bilhões com um período de carência de três anos para apoiar o programa de reforma económica de Angola.

Tratando-se do valor mais alto que alguma vez o FMI já tivera concedido a um país da região provavelmente espera-se de Angola um maior rigor na gestão das políticas soberanas e que tenham impacto directo no desenvolvimento da economia local.

De acordo com o relatório disponibilizado pelo FMI espera-se que o referido financiamento ajude Angola a restaurar a sustentabilidade externa e fiscal bem como lançar as bases para uma diversificação económica e sustentável liderada pelo sector privado.

Um objectivo bastante ambicioso e uma meta difícil de alcançar, uma vez que o sector privado debate-se com grandes dificuldade de base para desenvolver as suas actividades, estou a falar dos bancos quase não cederem créditos, do excesso de burocracia, a falta de matéria-prima local, que obriga a muitos empresários a importarem e ainda competir com os baixos preços de alguns produtos acabados importados.

Problemas que na minha opinião pode ser minimizada se em vez de se apostar apenas no sector privado como tal (Empresas) se investisse numa política de valorização e formação do capital humano que já existe.

Outra das condicionalidades do FMI é o comprometimento com uma bolsa de valores que em qualquer economia funciona mais ou menos como um barómetro da transparência iças na gestão quesito indispensável para as empresas se financiarem-se através delas .

Ora se considerarmos que o executivo bem no início de funções apontou a Bolsa de Dívida e Valores de Angola, como um dos principais meios para revitalizar (financiar/privatizar) algumas empresas públicas e assim diminuir o seu fardo orçamental, é indispensável que se aposte também na separação do poder político da Gestão como tal. Uma vez que o seguimento de mercado de acções da a Bolsa de Dívida e Valores de Angola está operacional há já algum tempo, o que faltam são empresas capazes de apresentarem um reporte financeiro a altura de corresponder as suas exigências

Os mais desatentos poderiam até pensar que com a estreia no mercado de títulos privados do Standard Bank Angola naquela plataforma, ao emitir a primeira parcela de obrigações, no

valor de 4,7 mil milhões de kwanzas (15 milhões de dólares) estivéssemos muito próximo de alcançar tal objectivo.

O que na minha opinião não corresponde propriamente a um passo nessa direcção, a não ser pelo facto da Bodiva poder estrear um segmento dos seus vários serviços no sector privado, que até ao momento só era beneficiado pelo sector público.

Sendo o Grupo Standard Bank, sedeado em Joanesburgo (África do Sul), o maior banco africano em termos de activos com uma presença única em 20 países africanos. Está cotado na bolsa de valores sul-africana (JSE) acumula uma experiência de 153 anos na África do Sul, tendo iniciado a sua internacionalização, através do estabelecimento de agências fora deste país, no início dos anos 90. E tendo como o maior accionista nada mais nada menos que o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC), o maior banco do mundo, com uma participação de 20.1 %. Logo, com este historial e participações em vários mercados, está portanto a altura de cumprir com todo um exigente reporte financeiro que o processo exige.

Ao contrário das setenta e quatro empresas do sector empresarial público, que foram seleccionadas pelo executivo para serem privatizadas, maioritariamente do sector industrial, incluindo as empresas do universo Sonangol.

Para escrever este artigo fui consultar a análise e avaliação dos documentos de prestação de contas das empresas do sector empresarial público exercício 2016 disponibilizado em 2017

O referido relatório dá conta de que no universo do sector empresarial público angolano existem pelo menos noventa e duas empresas, sessenta e quatro delas pertencentes ao sector empresarial público, onze empresas de domínio público, três Golden Share e catorze participações minoritárias.

Destas noventa e duas empresas apenam setenta e cinco encontravam-se na altura operacionais (16% em fase de arranque, 5% em fase de desenvolvimento, 31% apresentavam actividade residual e 48% activas) o que reduz a margem para privatizações a apenas trinta e seis empresas correspondentes a 48% em actividade.

Destas trinta e seis, apenas onze tiveram as suas contas homologadas sem reservas e na minha opinião estás onze poderiam vir a ser base para as futuras privatizações em bolsa se tivermos em conta o alto nível de exigência de reporte financeiro que o processo exige.

Estou a falar de empresas como o Entreposto aduaneiro de Angola, a Angop, a Imprensa Nacional, o Grupo Ensa, a Taag, a Unicargas, a Empresa Portuária de Luanda, de Lobito e do Porto Amboim, bem como os caminhos-de-ferro de Luanda.

Todas as outras empresas, caso venham a ser realmente privatizadas acreditam que terão de passar por algum outro processo que algumas outras empresas públicas já tiveram sido submetidas, uma vez que não será a primeira vez que o Estado privatiza algumas empresas, sem qualquer recurso a Bolsa de Divida e Valores de Angola, com sucesso.

Quando conseguirmos efectivar a privatização de alguma empresa do sector público via bolsa, aí sim penso que estaremos diante de um marco histórico no crescimento da economia Angolana e a caminho de uma diversificação económica sustentável liderada pelo sector privado.